



Presidente do Supremo (à direita) fez discurso crítico na cerimónia de abertura do ano judicial

Tempo dos megaprocessos só diminui com reforma do sistema, diz líder do Supremo

António Piçarra defende que “será cada vez mais normal” casos complexos durarem anos. E acusa poder político de mostrar pouco interesse na matéria

Inês Banha
 ines.banha@jn.pt

CERIMÓNIA O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), António Joaquim Piçarra, alertou ontem que, atendendo à atual organização do sistema judiciário, “será cada vez mais normal que os processos judiciais complexos levem anos em investigação e muitos anos em julgamentos e recursos”. E acusou o poder político de, dada a sua persistência em não atribuir verbas para gabinetes de apoio aos juizes, de não ter mostrado, até agora, “grande sensibilidade para esta matéria”.

Já o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, pediu que estes megaprocessos cheguem ao fim quando ainda seja possível inocular ou punir os visados. Na cerimónia de abertura do ano judicial, em Lisboa, o chefe de Estado apelou ainda aos portugueses

que encarem a justiça como “um objetivo essencial”.

“Os juizes podem [...] trabalhar 24 horas por dia e 365 dias por ano que estes processos continuarão a levar anos até ao seu termo. [...] Alterar esta equação é muito difícil, mas assenta, sobretudo, em opções políticas”, disse, na sua intervenção, o presidente do STJ.

António Joaquim Piçarra ressaltou, porém, que a manutenção do atual panorama é “legítima, mas tem consequências”: “A aceitação da existência estrutural no sistema de justiça de processos em investigação, instrução, julgamento e fase recursória por longos anos”.

DELAÇÃO REJEITADA

Em causa está, em particular, a investigação de crimes económico-financeiros. Há um mês, o Governo anunciou a criação de “um grupo de trabalho para a definição de uma estratégia nacional”

OUTROS TEMAS

Salários defendidos

Marcelo Rebelo de Sousa disse não perceber a perplexidade com o aumento dos salários dos juizes. Já o presidente do Supremo frisou que a medida será sentida apenas por “alguns juizes dos tribunais superiores”.

Violência lembrada

A entrada em funcionamento este ano, a título experimental, de secções especializadas integradas de violência doméstica no Porto, Matosinhos, Lisboa, Sintra e Seixal foi salientada pela procuradora-geral da República.

Menos pendências

No final de 2019, havia 310 mil processos a aguardar decisão judicial e outros 685 mil pendentes após esta existir. São menos do que em 2018.

contra a corrupção. Ontem, a procuradora-geral da República, Lucília Gago, garantiu que irá pronunciar-se sobre a mesma quando a tal for chamada, mas frisou já que qualquer solução “presupõe, antes de mais, a afeição de meios humanos e materiais”.

Entre as medidas polémicas, está a eventual instituição da delação premiada, existente, por exemplo, no Brasil e nos Estados Unidos da América. Uma solução ontem implicitamente rejeitada pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem.

“Na definição da estratégia nacional de combate à corrupção não se inscrevem nem a negação do princípio da legalidade nem a adesão de conveniência a modelos estranhos à tradição jurídico-penal portuguesa”, afirmou. A possibilidade foi igualmente criticada pelo novo bastonário dos advogados, Luís Menezes Leitão.



Marcelo Rebelo de Sousa
 Presidente da República

“Os titulares de cargos políticos terão de esperar [por aumento salarial]. Devem dar exemplo de contenção”



Francisca Van Dunem
 Ministra da Justiça

“Terminámos 2019 com o sistema de justiça a responder melhor [...]. 2020 será um ano ainda melhor”



Lucília Gago
 Procuradora-Geral da República

“O combate a uma criminalidade focada no lucro [...] reclama a remoção dos benefícios obtidos”



Luís Menezes Leitão
 Bastonário dos Advogados

“Os advogados que patrocinam os cidadãos no acesso ao direito não veem remunerações atualizadas há 15 anos”